

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024	8
DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023	9
Demonstração de Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	16

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	57
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	59
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	60

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Trimestre Atual 30/06/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	517.368.721
Preferenciais	522.286.437
Total	1.039.655.158
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
1	Ativo Total	5.013.558	5.015.791
1.01	Ativo Circulante	773.829	917.694
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	29.177	46.907
1.01.02	Aplicações Financeiras	241.932	408.875
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	241.932	408.875
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	241.932	408.875
1.01.03	Contas a Receber	321.349	289.714
1.01.03.01	Clientes	315.164	283.815
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	6.185	5.899
1.01.03.02.01	Partes Relacionadas	6.185	5.899
1.01.04	Estoques	118.801	130.523
1.01.06	Tributos a Recuperar	46.939	28.269
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	46.939	28.269
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	15.631	13.406
1.01.08.03	Outros	15.631	13.406
1.02	Ativo Não Circulante	4.239.729	4.098.097
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.084.893	1.065.924
1.02.01.04	Contas a Receber	20.912	22.416
1.02.01.04.01	Clientes	17.620	22.416
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	3.292	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	50.240	53.326
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	50.240	53.326
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.013.741	990.182
1.02.01.10.03	Depósitos dado em Garantia	107.844	108.598
1.02.01.10.04	Ativo Financeiro Municipalizado	5.193	5.193
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro de Contrato	869.142	830.929
1.02.01.10.06	Direito de Uso de Bens	31.562	45.462
1.02.02	Investimentos	34	34
1.02.02.01	Participações Societárias	34	34
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	34	34
1.02.03	Imobilizado	57.109	60.935
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	57.109	60.935
1.02.04	Intangível	3.097.693	2.971.204
1.02.04.01	Intangíveis	3.097.693	2.971.204
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.703.650	1.672.527
1.02.04.01.02	Ativo de Contrato	1.394.043	1.298.677

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2	Passivo Total	5.013.558	5.015.791
2.01	Passivo Circulante	702.265	733.898
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	92.181	81.878
2.01.01.01	Obrigações Sociais	17.092	20.806
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	75.089	61.072
2.01.02	Fornecedores	88.677	102.919
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	88.677	102.919
2.01.03	Obrigações Fiscais	98.194	77.873
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	97.397	77.170
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	51.676	24.422
2.01.03.01.02	REFIS	529	4.367
2.01.03.01.03	PIS e COFINS	14.507	24.382
2.01.03.01.04	PIS e COFINS Parcelamento	28.582	21.376
2.01.03.01.05	Outros	2.103	2.623
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	797	703
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	327.133	366.862
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	129.442	163.064
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	33.656	73.567
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	95.786	89.497
2.01.04.02	Debêntures	176.910	175.686
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	20.781	28.112
2.01.05	Outras Obrigações	3.793	14.843
2.01.05.02	Outros	3.793	14.843
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.318	12.053
2.01.05.02.07	Outros	2.475	2.790
2.01.06	Provisões	92.287	89.523
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	92.287	89.523
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	92.287	89.523
2.02	Passivo Não Circulante	2.195.860	2.278.315
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.772.814	1.825.549
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	814.984	787.114
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	362.560	320.869
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	452.424	466.245
2.02.01.02	Debêntures	940.704	1.016.905
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	17.126	21.530
2.02.02	Outras Obrigações	165.353	139.649
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	55.616	41.038
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	55.616	41.038
2.02.02.02	Outros	109.737	98.611
2.02.02.02.03	Impostos e Contribuições a Recolher	91.471	77.169
2.02.02.02.04	Receita Diferida	18.266	18.266
2.02.02.02.05	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	0	3.176
2.02.03	Tributos Diferidos	58.258	60.901
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	58.258	60.901
2.02.04	Provisões	199.435	252.216

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	199.435	252.216
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	10.012	12.002
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	74.038	115.896
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	56.374	65.307
2.02.04.01.05	Plano Previdenciário - Déficit Atuarial	59.011	59.011
2.03	Patrimônio Líquido	2.115.433	2.003.578
2.03.01	Capital Social Realizado	1.224.547	1.224.547
2.03.02	Reservas de Capital	130.735	120.000
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	130.735	120.000
2.03.03	Reservas de Reavaliação	77.364	78.424
2.03.03.01	Reservas de Reavaliação	77.364	78.424
2.03.04	Reservas de Lucros	541.051	541.051
2.03.04.01	Reserva Legal	37.425	37.425
2.03.04.10	Reserva para Fundo de Investimentos	503.626	503.626
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	106.252	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	69.114	73.186
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-33.630	-33.630

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	466.286	929.303	386.362	790.937
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-238.195	-479.885	-250.631	-479.601
3.03	Resultado Bruto	228.091	449.418	135.731	311.336
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-89.605	-195.115	-97.638	-185.953
3.04.01	Despesas com Vendas	-30.055	-61.747	-27.316	-51.468
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-77.652	-154.043	-76.439	-141.043
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	18.296	21.164	6.259	6.996
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-194	-489	-142	-438
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	138.486	254.303	38.093	125.383
3.06	Resultado Financeiro	-49.953	-101.064	-29.697	-71.615
3.06.01	Receitas Financeiras	21.918	37.699	12.143	18.884
3.06.02	Despesas Financeiras	-71.871	-138.763	-41.840	-90.499
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	88.533	153.239	8.396	53.768
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-30.010	-52.119	-3.020	-18.433
3.08.01	Corrente	-28.864	-51.676	-3.203	-15.574
3.08.02	Diferido	-1.146	-443	183	-2.859
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	58.523	101.120	5.376	35.335
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	58.523	101.120	5.376	35.335
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,05386	0,09307	0,00541	0,03553
3.99.01.02	PN	0,05869	0,10142	0,00591	0,03888

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	58.523	101.120	5.376	35.335
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2.565	5.130	2.565	5.132
4.02.01	Realização da reserva de reavaliação	3.886	7.772	3.886	7.775
4.02.02	Realização dos tributos sobre a reserva de reavaliação	-1.321	-2.642	-1.321	-2.643
4.03	Resultado Abrangente do Período	61.088	106.250	7.941	40.467

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2024 à 30/06/2024	Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	134.277	121.350
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	177.592	134.362
6.01.01.02	Lucro de Líquido Exercício	101.120	35.335
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	82.315	95.629
6.01.01.04	Depreciação - Crédito de Tributos	5.371	4.734
6.01.01.05	AVP Direito de Uso de Bem	2.165	201
6.01.01.06	IR e CSLL Diferidos	443	2.859
6.01.01.07	Provisão para Contingência	-10.923	-4.556
6.01.01.09	Alienação do Imobilizado	393	160
6.01.01.10	Outros Ajustes	-3.292	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-43.315	-13.012
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-26.553	5.549
6.01.02.02	Partes Relacionadas	14.292	-5.605
6.01.02.03	Estoques	11.722	-15.260
6.01.02.04	Depósitos dados em garantia	754	2.943
6.01.02.05	Tributos a Recuperar	-18.670	38.481
6.01.02.06	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias e participações	7.127	10.760
6.01.02.07	Tributos a Recolher	34.623	-4.498
6.01.02.08	Provisões para Benefícios a Empregados - PDVI	-39.094	-31.339
6.01.02.09	Fornecedores	-14.242	6.860
6.01.02.10	Convenios com Prefeituras	0	1.587
6.01.02.12	Conversão de Dividendos em AFAC	-10.735	-19.235
6.01.02.20	Outros	-2.539	-3.255
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-248.955	-197.144
6.02.01	Adições no Imobilizado e Intangível	-248.955	-197.144
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-69.995	104.182
6.03.01	Adições nos Empréstimos e Financiamentos	76.206	182.922
6.03.02	Amortização dos Empréstimos e Financiamentos	-156.936	-127.942
6.03.03	Ajustes Patrimoniais e Outros	0	-33
6.03.04	Conversão de Dividendos em AFAC e em Espécie	10.735	49.235
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-184.673	28.388
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	455.782	52.340
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	271.109	80.728

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.224.547	120.000	541.051	0	117.980	2.003.578
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.224.547	120.000	541.051	0	117.980	2.003.578
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	10.735	0	0	0	10.735
5.04.08	AFAC Governo do Estado	0	10.735	0	0	0	10.735
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	101.120	0	101.120
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	101.120	0	101.120
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	5.132	-5.132	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	7.772	-7.772	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-2.642	2.642	0
5.06.04	Baixas de investimentos	0	0	0	2	-2	0
5.07	Saldos Finais	1.224.547	130.735	541.051	106.252	112.848	2.115.433

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.118.641	86.663	492.022	0	163.585	1.860.911
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.118.641	86.663	492.022	0	163.585	1.860.911
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	49.235	0	0	0	49.235
5.04.08	AFAC Governo do Estado	0	49.235	0	0	0	49.235
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	35.335	0	35.335
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	35.335	0	35.335
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	5.100	-5.133	-33
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	7.775	-7.775	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-2.643	2.643	0
5.06.04	Baixas de Investimentos	0	0	0	-33	0	-33
5.06.05	Outros Ajustes	0	0	0	1	-1	0
5.07	Saldos Finais	1.118.641	135.898	492.022	40.435	158.452	1.945.448

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2024 à 30/06/2024	Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
7.01	Receitas	1.019.983	861.097
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.025.460	874.424
7.01.02	Outras Receitas	20.675	6.559
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-26.152	-19.886
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-312.947	-305.640
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-172.058	-181.561
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-133.116	-115.476
7.02.04	Outros	-7.773	-8.603
7.03	Valor Adicionado Bruto	707.036	555.457
7.04	Retenções	-101.809	-110.509
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-82.314	-95.629
7.04.02	Outras	-19.495	-14.880
7.04.02.01	Depreciação - crédito de tributos	-5.371	-4.734
7.04.02.02	Amortização direito de uso de bem	-14.124	-10.146
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	605.227	444.948
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	37.699	18.884
7.06.02	Receitas Financeiras	37.699	18.884
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	642.926	463.832
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	642.926	463.832
7.08.01	Pessoal	216.479	197.188
7.08.01.01	Remuneração Direta	151.710	137.248
7.08.01.02	Benefícios	47.223	37.014
7.08.01.03	F.G.T.S.	11.662	10.555
7.08.01.04	Outros	5.884	12.371
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	186.564	140.810
7.08.02.01	Federais	186.349	140.596
7.08.02.02	Estaduais	188	187
7.08.02.03	Municipais	27	27
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	138.763	90.499
7.08.03.01	Juros	109.056	101.884
7.08.03.03	Outras	29.707	-11.385
7.08.03.03.01	Variações monetárias e cambiais	16.252	-19.387
7.08.03.03.02	Outras despesas de financiamentos	1.183	1.424
7.08.03.03.03	Multas e acréscimos moratórios	12.272	6.578
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	101.120	35.335
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	101.120	35.335

Comentário do Desempenho

Desempenho do 2º Trimestre 2024 - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN

1. INTRODUÇÃO

A Companhia tem como prioridade número um, desenvolver sua missão de “Fornecer água tratada, coletar e tratar esgotos sanitários, promovendo saúde, bem estar, qualidade de vida e desenvolvimento econômico, social e sustentável”, através da prestação dos serviços em todos municípios onde opera.

Um desafio importante para a Companhia, é fazer a expansão até atingir a “universalização” dos sistemas de esgotamento sanitário a fim de cumprir os prazos estabelecidos pelos contratos com municípios e da Lei nº 14.026/2020 – Novo Marco Legal do Saneamento, cuja proposta é aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no país, a Companhia está determinada a atender as diretrizes nacionais para o saneamento básico e suas metas de universalização, para que até 2033, 99% da população de áreas urbanas tenha acesso à água potável e pelo menos 90% tenha acesso aos serviços de coleta e tratamento de esgoto.

2. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO

Demonstramos abaixo alguns indicadores operacionais da companhia no final do 2º trimestre de 2024 e o comparativo com o mesmo período do ano anterior:

Discriminação	30/06/2024	30/06/2023	Variação	Δ%
Ligações de Água	852.254	836.746	15.508	1,85%
Ligações de Esgoto	148.573	146.979	1.594	1,08%
Unidades Autônomas de Água	1.281.870	1.252.369	29.501	2,36%
Unidades Autônomas de Esgoto	372.007	361.828	10.179	2,81%
População Urb. Atendida c/ Água	2.686.969	2.687.058	-89	0,00%
Índice de Abast. Urb. de Água	93,20%	99,20%	0	- 6,05%
População Urb. Atendida c/Esgoto	838.631	896.678	- 58.047	- 6,47%
Índice de Abast. Urb. de Esgoto	30,02%	33,10%	0	- 9,31%
Número de Empregados	2.674	2.603	71	2,73%
Ligações (A+E) /Empregados	374,3	377,9	- 4	- 0,96%
Desp. Pessoal/Rec. Operac. Líquida	27,91%	29,80%	- 1,90%	- 6,37%

Destaca-se que a queda observada no atendimento de água e esgoto se deve aos ajustes causados pela mudança nas taxas de ocupação domiciliares divulgadas no Censo 2022, uma vez que a população atendida é calculada pela multiplicação do número de unidades autônomas residências pela taxa de ocupação.

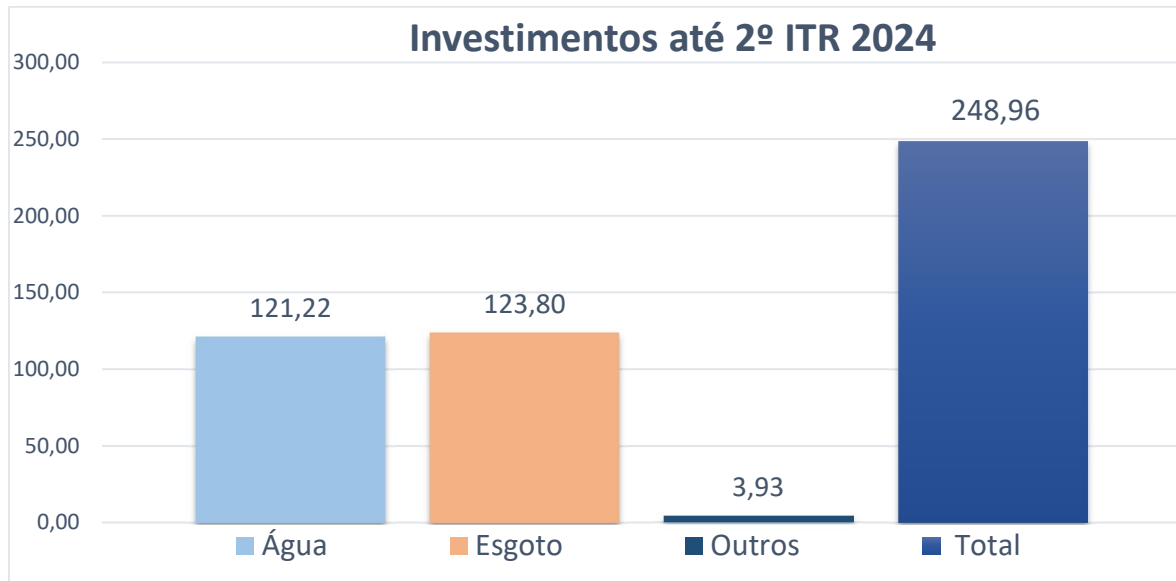
3. INVESTIMENTOS

A preocupação com o atendimento à população do Estado e o compromisso com a melhoria da qualidade de vida das pessoas no que se refere ao abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários levou a Companhia a seguir focada na execução do seu plano de

Comentário do Desempenho



investimentos e aplicar até junho de 2024 o montante de R\$248,96 milhões, conforme detalhamento apresentada no gráfico a seguir:



4. ANÁLISE DO DESEMPENHO ATÉ O TRIMESTRE

ATIVO E PASSIVO – em comparação com DFP de 2023

Ativo Circulante

O comportamento de queda de 16% em relação a dezembro (de R\$917,6 milhões para R\$773,8 milhões), em conjunto com a baixa da liquidez corrente para 110% se deve pelo consumo de caixa com amortização das debêntures e da AFD, além dos compromissos com novas obras. A Companhia trabalha para melhorar o resultado deste índice.

Ativo não Circulante - Investimentos

Verificou-se um acréscimo de 3% nas rubricas do ativo realizável a longo prazo e "permanente" (de R\$4.098,1 milhões para 4.239,7 milhões), decorrente principalmente dos investimentos nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A conta Ativo de Contrato (Obras em andamento) obteve acréscimo de 7% (atingindo R\$1.394,04 milhões) correspondente ao avanço na execução de obras de saneamento.

Passivo Circulante

Verificou-se uma queda de 4% (de R\$733,90 milhões para R\$702,27 milhões). Contribuiu para isso a conta de empréstimos e financiamentos, com redução de R\$32 milhões, decorrente de amortizações das debêntures e AFD. Fornecedores e Empreiteiros também obteve uma redução de R\$14 milhões, decorrente de mudanças da situação financeira da empresa, no volume de compras realizadas, nos prazos de pagamento negociados, a

Comentário do Desempenho



eficiência na gestão do fluxo de caixa. Dividendos propostos também obteve redução significativa com a transferência dos dividendos do Governo no Estado de Santa Catarina (R\$10,74 milhões), para Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

Passivo Não Circulante

Verificou-se uma queda de 4% do total (de R\$2.278,32 milhões para R\$2.195,86 milhões). A rubrica que mais contribuiu para essa variação fora a conta PDVI, com queda de 36% representando R\$41,8 milhões a menos, com a reclassificação das contas para o curto prazo, tendo em vista a aproximação do fim do Programa em 2026.

RESULTADO – em comparação com o mesmo período do ano anterior

Receita Operacional Líquida

Em comparação com o mesmo período do ano anterior, as receitas apresentaram um incremento de 17,5% (de 790,9 milhões para R\$929,3 milhões), ocasionado principalmente pelo reajuste tarifário ocorrido em 1º de julho de 2023 de 6,35%, e do reajuste da revisão tarifária, autorizado pelas agências reguladoras de 16,08% a partir de 01 de junho de 2024, além do crescimento do consumo e da base de clientes. O quadro a seguir apresenta o detalhamento da receita:

	2º ITR 2024	2º ITR 2023	Variação	Variação %
Tarifas de água	794.318	681.448	112.870	16,6%
Tarifas de esgoto	218.734	183.289	35.445	19,3%
Outras	12.407	9.686	2.721	28,1%
Total Receita Bruta	1.025.460	874.424	151.036	17,3%
Deduções da receita				
PIS e COFINS	(96.157)	(83.487)	(12.670)	15,2%
Total Receita Líquida	929.303	790.937	138.366	17,5%

Custos e Despesas dos Serviços Prestados

Em comparação com o mesmo período do ano anterior, os custos e despesas dos Serviços Prestados apresentaram um acréscimo de 3,5% (de R\$672,11 milhões para R\$695,68 milhões), conforme detalhamento apresentado no quadro a seguir:

	2º ITR 2024	2º ITR 2023	Variação	Variação %
Pessoal	259.329	235.736	23.592	10,0%
Materiais	54.133	61.030	-6.896	-11,3%
Serviços de Terceiros	173.876	171.249	2.627	1,5%
Gerais	85.746	78.437	7.309	9,3%
Depreciação, Amortização e Prov.	122.590	125.660	-3.069	-2,4%
Total	695.675	672.112	23.563	3,5%



Comentário do Desempenho

As principais variações verificadas nos grupos foram:

- **Pessoal**

Aumento de 10% ocasionado principalmente pelos reajustes salariais, com base no INPC de 3,65% em 2023 e 3,23% em 2024 (data base maio), aumento das despesas médicas (R\$13.5 milhões em 2023 para R\$18.4 milhões em 2024) e aumento do número de empregados em 2,7%.

- **Materiais**

Redução de 11,3% ocasionado principalmente pela redução tanto do consumo quanto do preço dos materiais de tratamento e dos materiais de manutenção e operação.

- **Serviços de Terceiros**

Aumento de 2% ocasionado pelo aumento do gasto com Energia Elétrica (8%) e com serviços de Manutenção e Operação (11%). Outras rubricas obtiveram redução, como a de serviços técnicos e profissionais (-39%) e de contratação de caminhão pipa (-27%).

- **Gerais e Administrativas**

Aumento de 10% ocasionado principalmente pelo reconhecimento das despesas com ações cíveis, através de precatórios.

- **Depreciações, Provisões e Amortizações**

Apesar do aumento na amortização de intangíveis devido a novos ativos depreciados, o grupo conseguiu uma leve redução ao compararmos os resultados devido a uma amortização atípica ocorrida em 2023.

Resultado Financeiro

Em comparação com o mesmo período do ano anterior, o resultado teve uma variação de 41,1% (de -R\$71,6 milhões para -R\$101 milhões). Apesar de um aumento nas receitas financeiras, decorrente de ganhos com aplicações financeiras, o aumento das despesas financeiras foi superior, decorrente das despesas com juros, taxas e variações cambiais dos empréstimos e debêntures.

	2º ITR 2024	2º ITR 2023	Variação	Variação %
Receitas financeiras	37.699	18.884	18.815	99,6%
Despesas financeiras	(138.763)	(90.499)	(48.264)	53,3%
Total	(101.064)	(71.615)	(29.449)	41,1%

Lucro Líquido do Exercício

No período, a Companhia apurou Lucro Líquido no montante de R\$101,1 milhões, representando um crescimento de 186% em relação ao mesmo período do ano de 2023. Apesar do aumento sutil dos custos, despesas operacionais e das despesas financeiras, a

Comentário do Desempenho



significativa elevação das receitas operacionais, em função dos reajustes obtidos, refletiu o aumento do resultado período.

	2º ITR 2024	2º ITR 2023	Variação	Variação %
Resultado Operacional	254.303	125.383	128.920	102,8%
Resultado Financeiro	(101.064)	(71.615)	(29.449)	41,1%
Tributos sobre o Lucro	(52.119)	(18.433)	(33.686)	182,7%
Lucro Líquido	101.120	35.335	65.785	186,2%

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 30 de junho de 2024, em milhares de Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) é uma empresa pública de economia mista e de capital aberto, que atua como concessionária do setor de saneamento, por meio de contratos de programas e de convênios, sendo os instrumentos legais firmados com as prefeituras municipais e concedem à Companhia o direito de prestar os serviços de gestão, operação e manutenção de sistemas de abastecimento de água, de coleta e de tratamento de esgoto.

Considerada uma das maiores empresas do Estado de Santa Catarina, a CASAN beneficia diretamente uma população de quase 3 milhões de pessoas nos seus municípios atendidos, sendo 193 municípios catarinenses (66% dos municípios do estado) e 1 paranaense.

A Companhia também fornece água no atacado para outros seis municípios clientes, operados com sistemas próprios, que juntos têm uma população superior a 300 mil pessoas.

Dos 194 municípios onde presta os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, 181 possuem Contratos de Prestação de Serviço em vigor e 12 municípios estão com os Contratos vencidos, sendo que dos 181 municípios que possuem Contratos de Prestação de Serviço em vigor, em 169 foram inseridas as metas de universalização previstas na Lei Federal nº 11.445/2007 e representam aproximadamente 90,6% do faturamento da Companhia.

Nos demais municípios (25) a Companhia permanece operando e realizando as ações de modo a garantir a continuidade da prestação dos serviços, até que os municípios adotem as medidas de sua responsabilidade, previstas na legislação, para a regularização da concessão dos serviços.

Considerando a Lei nº 14.026/2020 – Novo Marco Legal do Saneamento, cuja proposta é aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no país, a Companhia está determinada a atender as diretrizes nacionais para o saneamento básico e suas metas de universalização, para que até 2033, 99% da população de áreas urbanas tenha acesso à água potável e pelo menos 90% tenha acesso aos serviços de coleta e tratamento de esgoto.

A Companhia também aguarda a regulamentação da prestação regionalizada do saneamento em Santa Catarina, a fim de oportunizar novas formas de atendimento, contratação e expansão da sua atuação no Estado.

No quadro abaixo está demonstrado o quantitativo de municípios por ano de vencimento do Contratos de prestação de serviços:

Notas Explicativas

Nº DE MUNICÍPIOS POR ANO DE VENCIMENTO DOS CONTRATOS							
2024	3	2032	3	2042	12	2050	8
2025	16	2034	7	2043	14	2052	1
2026	5	2035	2	2044	7	2053	1
2027	2	2036	18	2045	3	2055	1
2028	11	2038	3	2046	8	2056	2
2029	4	2039	1	2047	5	2065	2
2030	12	2040	3	2048	11	Sem ou	
2031	1	2041	2	2049	13	vencido	13

Total de 194 municípios

A CASAN tem trabalhado no desenvolvimento dos projetos e execução das obras que visam o cumprimento dos Contratos de Prestação de Serviços e as metas de universalização do abastecimento de água e do esgotamento sanitário estabelecidos na legislação federal – Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007 e da Lei 14.026 de 15 de julho de 2020.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09. Foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Seguem ainda as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando todas as informações contábeis relevantes e materiais da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas na gestão da Administração

A emissão das presentes demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 02 de agosto de 2024.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo a convenção do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os ativos financeiros disponíveis para venda foram mensurados pelo valor justo;
- O ativo atuarial de benefício definido-BD é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.

Notas Explicativas

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, sendo a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações do exercício segundo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas:

Nota 09 – Contas a receber de clientes

Nota 14 – Ativo fiscal diferido

Nota 15 – Intangível, Ativo de Contrato e Imobilizado

Nota 20 – Provisão para contingências

Nota 21 – Benefícios a empregados

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia. As principais práticas e políticas contábeis materiais, adotadas na elaboração das demonstrações contábeis foram:

3.1. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda corrente do país pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

Notas Explicativas

3.2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação onde a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos conforme a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Mudanças no valor justo de ativos financeiros assim mensurados são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com valores fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços, como é o caso do saldo contabilizado como Ativos Financeiros, conforme nota explicativa nº 13.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação onde a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Notas Explicativas

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos à vista e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez prontamente conversíveis em caixa.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos à vista e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez prontamente conversíveis em caixa.

3.4. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber dos consumidores pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. Se o recebimento é esperado para um ano ou menos, ele é classificado como ativo circulante. Caso contrário, é apresentado como ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo (valor faturado) ajustado pela provisão para perda para valor recuperável dos ativos (*impairment*), quando necessário.

A Companhia registra uma provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em um valor considerado suficiente pela administração para cobrir possíveis perdas nas contas a receber, com base na análise do histórico de recebimentos. Os valores vencidos por mais de 180 dias são provisionados. O valor assim determinado é ajustado quando é excessivo ou insuficiente, com base na análise do histórico de recebimentos, levando em consideração a expectativa de recuperação nas diferentes categorias de clientes. Os saldos de contas a receber de clientes pendentes por mais de 720 dias são reconhecidos como perdas.

3.5. Estoques

Os estoques de produtos para consumo e manutenção dos sistemas de água e esgoto são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante.

3.6. Ativo de Contrato

O Ativo de Contrato (obras em andamento) é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível, após a conclusão das obras.

O Ativo de Contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção. Após a entrada em operação dos ativos, os mesmos são então bifurcados entre ativo financeiro de contrato e ativo intangível.

3.7. Imobilizado e Intangível

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado e Intangível são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação/amortização acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo de determinados itens foi apurado por referência à reavaliação anteriormente efetuada no BR GAAP.

Notas Explicativas

Quando partes de um item têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado ou intangível.

Ganhos e perdas na alienação de um item são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado ou intangível é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados ao componente irão fluir para a Companhia e caso seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação ou amortização

Calculada sobre o valor depreciável ou amortizável de um bem, sendo o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

É reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas (conforme legislação fiscal) de cada item ou parte de um item, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos do imobilizado não são depreciados.

3.8. Capital Social

- Ações ordinárias: São classificadas como patrimônio líquido. Dão direito a voto.
- Ações preferenciais: O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. Possuem direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

3.9. Redução ao valor recuperável – *Impairment*

Ativos Financeiros, incluindo recebíveis

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

Podem ser evidências objetivas de que os ativos financeiros perderam valor: o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor; a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que a Companhia não consideraria em outras transações; indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Notas Explicativas

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor pelo conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos. Posteriormente, as tendências históricas são ajustadas para refletir o julgamento da administração quanto às condições econômicas e de crédito atuais, que podem gerar perdas reais maiores ou menores que as anteriormente sugeridas.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos: estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes dos impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Com a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos, que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou "UGC").

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável, relacionadas às UGCs, são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houver perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base *pro rata*.

No caso do ativo imobilizado, as perdas de valor recuperável, reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Para a apuração do valor recuperável dos ativos, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;

- Consideramos como unidade geradora de caixa cada Superintendência Regional de Negócios, devido às suas características peculiares;

Notas Explicativas

- Vida útil baseada na expectativa de utilização do conjunto de ativos que compõem a UGC;
- As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, conforme preconiza o CPC 01 (R1), em moeda corrente.
- A taxa de desconto utilizada foi proveniente da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*Weighted Average Cost of Capital – WACC*) regulatório, calculado pela Agência Reguladora ARESC para a CASAN na revisão tarifária - 6,84%;
- As premissas de reajuste tarifário, crescimento operacional e evolução do OPEX, foram projetados conforme estabelecido no planejamento estratégico da Companhia;
- O valor residual contábil dos ativos (ou unidade geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foram considerados como valor recuperável, tal procedimento foi adotado em virtude dos contratos de concessões e contratos de programa, preverem ressarcimento à companhia dos ativos residuais em caso de não renovação ou quebra de contrato;

O estudo técnico de 2023 avaliou que não há indicativo de perda por *impairment* amparada, principalmente pela Lei nº 11.445/07, que garante que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, através da tarifa ou via indenização.

3.10. Benefícios a empregados

Plano de benefício definido CASANPREV

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de previdência complementar de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Aquele benefício é descontado ao seu valor presente.

Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das informações do exercício para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda onde os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado por meio do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia.

Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear, ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido. Na condição em

Notas Explicativas

que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Benefícios de término de vínculo empregatício - PDVI – Plano de Demissão Voluntária Incentivada

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária.

Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso: a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária; seja provável que a oferta seja aceita; e o número de funcionários que irá aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data base das informações do exercício, então eles são descontados aos seus valores presentes.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor, em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.11. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

3.12. Receita por serviços prestados

Receitas de abastecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas à medida que a água é consumida e os serviços são prestados. As receitas são reconhecidas ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de imposto sobre valor agregado, devoluções, abatimentos e descontos. As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e esgoto a faturar são contabilizadas como contas a receber com base em estimativas mensais.

A Companhia reconhece a receita quando:

- i. o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- ii. é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e

Notas Explicativas

- iii. é provável que os valores serão arrecadados. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas à sua prestação estejam resolvidas.

3.13. Receita de Construção

A concessionária deve reconhecer e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção dos bens vinculados à prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, usando o método da porcentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado.

A margem de construção adotada pela Companhia é estabelecida como sendo igual a zero, ou seja, margem nula. O valor da receita de construção é apresentado na Nota explicativa nº25, porém não é incluso nas demonstrações contábeis.

3.14. Subvenção e assistência governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e de que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática, nos mesmos períodos em que as despesas correspondentes forem reconhecidas. As subvenções que visam compensar a Companhia pelo custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

3.15. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em base líquida.

3.16. Impostos sobre receitas

Como impostos sobre as receitas são reconhecidos PIS e COFINS, utilizando o regime de competência.

3.17. Imposto de renda e contribuição social

Os impostos incidentes sobre a renda, tanto o do exercício corrente como o diferido, são calculados com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescidos do adicional de

Notas Explicativas

10% sobre o excedente a R\$240 mil. A Contribuição Social do exercício corrente e a diferida são apuradas com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber apurado sobre o lucro, ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável.

Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações do exercício.

Os passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar impostos e contribuições correntes, e eles se relacionem a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.18. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão entre o resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

A Companhia não possui ações em circulação que possam causar diluição, assim, os lucros básico e diluído por ação são iguais.

3.19. Informações por segmento

Um segmento operacional é uma área de atuação da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras áreas de atuação da Companhia.

Notas Explicativas

A Companhia possui dois segmentos de negócios identificáveis, apresentados por serviços de água e de esgotamento sanitário. As informações por segmentos são demonstradas na Nota Explicativa nº 6.

3.20. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) individual nos termos da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Esta é apresentada como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP.

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta dos serviços prestados, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços, aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas).

A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.21. Direito de Uso – Arrendamento

Os arrendamentos contratados pela Companhia impactaram as Demonstrações contábeis da seguinte forma:

- Reconhecimento de ativo de direito de uso e de passivo de arrendamento no balanço patrimonial, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento;
- Reconhecimento de despesas de depreciação de ativos de direito de uso na demonstração do resultado;
- Reconhecimento de despesas de juros no resultado financeiro sobre os passivos de arrendamento na demonstração de resultado; e
- Segregação do pagamento dos arrendamentos por uma parcela principal apresentada dentro das atividades de financiamento e um componente de juros apresentado dentro das atividades operacionais nos fluxos de caixa.

As novas definições de uma locação foram aplicadas a todos os contratos identificados vigentes na data de adoção da norma. O IFRS 16/NBC TG 06 (R3) determina que o contrato contém um arrendamento se ele transmite ao arrendatário o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período por troca de contraprestações.

A Companhia efetuou o inventário dos contratos, avaliando se estes contêm ou não arrendamento conforme o IFRS 16/NBC TG 06 (R3). Esta análise identificou impactos, principalmente, relacionados às operações de arrendamento de veículos, geradores e outros equipamentos.

Os contratos de arrendamento de curto prazo (doze meses ou menos) e os de baixo valor (materialidade definida internamente) não foram objeto dessa análise, conforme faculta a norma. Para esses contratos a Companhia continuará a reconhecer uma despesa de arrendamento em uma base linear, caso ocorram.

Notas Explicativas

Ao mensurar os passivos de arrendamento, a Companhia desconta os pagamentos aplicando a taxa de 6,84% a.a., WACC operacional, aprovado pelas Agências Reguladoras.

A CASAN adotou a nova norma escolhendo o modelo de adoção retrospectiva modificada, com efeito cumulativo na data da aplicação inicial:

- i. se teriam ocorrido ajustes por remensuração;
- ii. qual a maturidade dos contratos/vencimento das prestações nos próximos exercícios;
- iii. juros incorridos no período (ajuste a valor presente);
- iv. PIS/COFINS incidentes nas contraprestações.

Os contratos avaliados possuem vencimento máximo de 60 meses e a última parcela a ser liquidada é estimada no exercício de 2028, conforme tabela de arrendamento mercantil abaixo.

MATURIDADE DOS CONTRATOS		
VENCIMENTO DAS PRESTAÇÕES	ANO 2024	ANO 2023
2024	28.799	30.404
2025	16.492	15.016
2026	6.637	6.078
2027	1.026	1.010
2028	684	674

Os saldos de direito de uso e arrendamento mercantil estão representados da seguinte forma:

ATIVO	31/12/ 2023	Revisão / novos contratos	Baixas	Depreciação	30/06/ 2024
Direito de uso, Contratos de Arrendamento	45.462	-	-	(13.900)	31.562
PASSIVO	31/12/ 2023	Revisão / novos contratos	Amorti- zação	Ajuste a valor presente	30/06/ 2024
Contratos de Arrendamento Mercantil	49.642	330	(12.065)	-	37.907
Circulante	28.112				20.781
Não Circulante	21.530				17.126

4. GERENCIAMENTO DE RISCO

4.1. Gestão de Risco Financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes fatores de riscos financeiros:

Risco de Liquidez

Risco definido como a possibilidade de a Companhia não possuir recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, ou mesmo de ter de arcar com custos adicionais para fazê-lo devido à escassez de recursos financeiros suficientes na data estabelecida para cada dívida, tendo em vista como consequência os descasamentos entre fluxos de pagamento e de recebimentos.

O monitoramento da liquidez será baseado, principalmente, nas projeções de fluxo de caixa da Companhia por no mínimo 12 meses, considerando receitas e despesas operacionais e de custeio, geração de caixa operacional, serviço da dívida, desembolso CAPES e possíveis alterações e sazonalidades.

As estratégias para mitigar o risco de liquidez são manter o CMO – caixa mínimo operacional e garantir linhas de crédito disponíveis para o gerenciamento das operações e do fluxo de caixa.

Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a administração também considera a demografia da sua base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria.

Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso dos consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

Risco de mercado

Relaciona-se ao risco de os retornos do negócio declinarem devido a fatores de mercado independentemente das decisões e ações da Companhia. O risco de mercado incorpora inúmeros riscos diferentes, como:

- Risco de taxas de juros: relaciona-se à elevação das taxas de juros às quais a Companhia está exposta em função dos empréstimos e financiamentos assumidos e também à possível redução das taxas de remuneração das suas aplicações;
- Risco de taxas de câmbio: refere-se às potenciais perdas devido às inesperadas mudanças nas taxas de câmbio das moedas às quais estão vinculados os financiamentos obtidos pela CASAN;



Notas Explicativas

Risco Financeiro

Relaciona-se com o grau de incerteza associado ao pagamento do passivo e do patrimônio líquido usados para financiar um negócio. Quanto maior é a proporção de dívida usada para financiar uma Companhia, maior será o seu risco financeiro. O financiamento da dívida condiciona o pagamento de juros e amortizações, aumentando, assim, o risco. A incapacidade de atender às obrigações associadas ao uso da dívida pode resultar na insolvência da empresa e em perdas para os portadores de títulos da dívida, bem como para os acionistas.

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros. Todas as operações estão registradas em contas patrimoniais e se destinam a atender suas necessidades operacionais e de expansão, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e de taxa de juros.

Análise de Sensibilidade a Taxa de Juros

A Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de rentabilidade dos juros sobre as aplicações financeiras, os empréstimos, os financiamentos e as debêntures sujeito a taxa de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos. Se as taxas mantidas em reais variassem em 12,5%, 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito (dos juros calculados à taxa projetada para o período de doze meses ou até a data de liquidação final de cada contrato, o que acontecer primeiro), seria o demonstrado a seguir:

Indexador		07/2024 a 06/2025	+12,5%	-12,5%	+25%	-25%	+50%	-50%
Projeção dos Juros		192.775	216.872	168.677	240.969	144.580	289.163	96.386
CAIXA	UPR	15.429	17.358	13.500	19.286	11.572	23.144	7.715
BNDES	URTJLP	6	7	5	8	3	9	2
Debêntures Simples	CDI	123.859	139.341	108.377	154.824	92.894	185.789	61.930
Debêntures Incentivada	IPCA	29.524	33.215	25.834	36.905	22.143	44.286	14.762
Banco Safra	CDI	754	848	660	943	566	1.131	377
Banco do Brasil	CDI	16.417	18.469	14.365	20.521	12.313	24.626	8.209
ABC	CDI	6.786	7.634	5.938	8.483	5.090	10.179	3.393
	CDI	10,4	11,7	9,1	13,	7,8	15,6	5,2
	IPCA	0,21	0,24	0,18	0,26	0,16	0,32	0,11
	UPR	22,6008	25,425	19,775	28,251	16,950	33,901	11,300
	TJLP	6,00	6,75	5,25	7,5	4,5	9,0	3,0
	URTJLP	2,0936	2,355	1,831	2,617	1,570	3,140	1,046

Análise de Sensibilidade a Taxa de Câmbio

A Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de câmbio sobre os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possam gerar impactos significativos. Se as taxas variassem em 12,5%, 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito seria o demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

Moeda	30/06/2024	+12,5%	-12,5%	+25%	-25%	+50%	-50%
Passivo Financeiro	548.209	616.735	479.683	685.261	411.157	822.314	274.105
AFD Euro	179.702	202.165	157.239	224.628	134.777	269.553	89.851
JICA Ien	368.507	414.570	322.444	460.634	276.380	552.761	184.254
Cotação Euro	5,9547	6,6990375	5,2103625	7,443375	4,466025	8,93205	2,97735
Cotação Ien	0,03456	0,03888	0,03024	0,0432	0,02592	0,05184	0,01728

A Política de Gestão de Riscos Financeiros e Aplicações de Recursos da Companhia está disponível no site de relação com investidores.

4.2. Gestão de Capital

O objetivo da gestão de capital da companhia é de assegurar sua capacidade de continuidade para suportar seus investimentos e oferecer retorno aos seus acionistas. A companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total (capital próprio mais capital de terceiros).

A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraídos de caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata, conforme tabela a seguir:

	30/06/2024	31/12/2023
Total de Empréstimos e Financiamentos (nota 16)	2.062.040	2.142.769
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	(29.177)	(46.907)
(-) Aplicações Financeiras e Títulos (nota 8)	(241.932)	(408.875)
Dívida Líquida	1.790.931	1.686.987
Total do Patrimônio Líquido	2.115.433	2.003.578
Capital Total	4.177.473	4.146.347
Índice de Alavancagem	43%	41%
Participação de Capital Próprio	51%	48%

4.3. Instrumentos Financeiros

Empréstimos e financiamentos: o principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional: são classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira: coerentes com a política financeira da Companhia e estão contabilizados pelos seus valores de mercado em reais, mediante a cotação da data da elaboração do demonstrativo.

Notas Explicativas

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia são:

	Valor Contábil = Valor Justo	
	30/06/2024	31/12/2023
Caixa e Equivalentes de Caixa	29.177	46.907
Aplicações Financeiras e Títulos	241.932	408.875
Contas a Receber de clientes (Líquido de PDD)	332.784	306.231
Empréstimos e Financiamentos em Moeda Nacional	(1.513.830)	(1.587.027)
Empréstimos e Financiamentos em Moeda Estrangeira	(548.210)	(555.742)

Considerações gerais:

Os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa – estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil;

Aplicações financeiras – são classificadas como destinadas à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais;

Títulos e valores mobiliários – são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado;

Contas a Receber – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis.

5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, e incluem as expectativas de eventos futuros razoavelmente prováveis.

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem divergir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de se concretizarem por valor diferente do previsto, por isso, podem provocar um ajuste importante nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício contábil estão divulgadas abaixo:

5.1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise das contas a receber de clientes.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores, entre eles a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros

Notas Explicativas

fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

5.2. *Impairment* de ativos de vida útil longa

A Companhia realiza teste de *impairment* em ativos de vida útil longa, principalmente no ativo Intangível, que inclui os bens do sistema de água e esgoto detidos e usados no negócio, para determinar quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável.

A avaliação do *impairment* dos ativos de vida útil longa exige o uso de premissas e estimativas com relação a assuntos inerentemente incertos, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxo de caixa futuros, taxas de crescimento estimadas e a vida útil remanescente dos ativos, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

5.3. Provisões para contingências

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas, cíveis, ambientais, contestações de clientes e fornecedores e outros processos. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na nota explicativa nº20. A Companhia constitui provisão para perdas prováveis resultantes dessas demandas e processos quando conclui que a probabilidade de perda é provável e o valor de tal perda pode ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros. Como resultado do julgamento exigido na avaliação e cálculo dessas provisões para contingências, as perdas reais realizadas em períodos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e, inclusive, exceder os valores provisionados.

5.4. Complementação de benefícios a empregados

O valor presente das obrigações previdenciárias depende de uma série de fatores que são determinados de acordo com uma base atuarial usando uma série de premissas. As premissas usadas na determinação do custo líquido para aposentadoria dos colaboradores incluem a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas causarão impacto no valor contábil das obrigações previdenciárias.

A Companhia determina as taxas de desconto apropriadas ao final de cada exercício, que representa a taxa de juros que deve ser usada para determinar o valor presente de desembolsos futuros de caixa, que se espera sejam exigidos para a liquidação das obrigações previdenciárias.

Outras premissas-chave para obrigações previdenciárias são em parte baseadas nas condições do mercado corrente. Informações adicionais sobre os planos previdenciários são apresentadas na nota explicativa nº 21.

Diferenças na experiência atual ou mudanças nas premissas podem afetar o valor contábil das obrigações previdenciárias e despesas reconhecidas nos resultados da Companhia.

Notas Explicativas

6. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia opera em dois segmentos: tratamento e distribuição de água, e coleta e tratamento de esgoto sanitário. As políticas contábeis para esses segmentos são as mesmas usadas nas demonstrações financeiras.

Ativos e passivos são divulgados de forma consolidada. Consequentemente, não são divulgadas informações sobre outros ativos e passivos de forma segregada, a exceção das mencionadas nessas notas explicativas, como a nota 15 relacionada ao Intangível, Ativo de Contrato e Imobilizado. As informações dos segmentos, usadas para decisões estratégicas e revisadas pela Diretoria Executiva, são as seguintes:

Receita Operacional e Resultado:

	30/06/2024		
	Água	Esgoto	Total DRE
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados*	806.686	218.773	1.025.459
Deduções da receita bruta	(75.713)	(20.443)	(96.156)
Receita líq. vendas e dos serviços prestados	730.973	198.330	929.303
Amortização operacional			(65.105)
Custos dos serviços e dos produtos vendidos*			(414.780)
Lucro bruto			449.418
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(215.790)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			20.675
Lucro antes do resultado financeiro e impostos			254.303

	30/06/2023		
	Água	Esgoto	Total DRE
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados*	691.077	183.347	874.424
Deduções da receita bruta	(65.985)	(17.502)	(83.487)
Receita líq. vendas e dos serviços prestados	625.092	165.845	790.937
Amortização operacional			(59.475)
Custos dos serviços e dos produtos vendidos*			(420.126)
Lucro bruto			311.336
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(192.511)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			6.558
Lucro antes do resultado financeiro e impostos			125.383

*Receitas e Custos apresentados líquidos das Receitas e Custos de Construção.

Receita Operacional por Superintendência:

	30/06/2024			30/06/2023	
	Água	Esgoto		Água	Esgoto
Metropolitana	352.340	143.784		307.331	122.141
Sul/Serra	148.660	33.133		124.221	28.084
Oeste	173.258	29.792		146.996	24.120
Norte/Vale	132.428	12.064		112.529	9.002
Total	806.686	218.773		691.077	183.347

Notas Explicativas

Receita Operacional por Município:

	30/06/2024		30/06/2023	
	Água	Esgoto	Água	Esgoto
Florianópolis	184.532	107.441	163.892	91.632
Chapecó	48.556	19.465	40.399	16.372
Criciúma	56.364	23.883	48.598	20.118
Rio do Sul	19.714	791	17.669	-
São José	76.726	29.547	66.976	25.557
Outros	420.794	37.646	353.543	29.668
Total	806.686	218.773	691.077	183.347

A partir do mês de agosto haverá o incremento de receitas de esgoto na município de Laguna, decorrente da liberação para faturamento de 5,6 mil unidades, que estavam com a cobrança suspensa. Em 11 de junho a Companhia obteve provimento do Agravo de Instrumento junto ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina, "que afastou a suspensão da cobrança da tarifa de esgoto", devido a Ação Civil Pública n. 002132-78.2020.8.24.0040, proposta pelo município.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem bens numerários e depósitos bancários livres para uso imediato, como segue abaixo:

	30/06/2024	31/12/2023
Bancos	29.177	46.907
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	29.177	46.907

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS E TÍTULOS

O montante de R\$241.932 (R\$408.875 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a aplicações em fundos de renda fixa, remunerados com base no CDI – Certificado de Depósitos Interbancário em instituições financeiras renomadas, sem destinação específica no seu uso.

8.1. Política de gestão de riscos financeiros e aplicação de recursos

Foi aprovada em 14 de dezembro de 2023 a política de gestão de riscos financeiros e aplicação de recursos que instituiu diretrizes e competências que devem ser observadas pela Companhia, por todos os empregados e administradores.

8.2. Reconhecimento de perda em investimento

Em 2018 a CASAN possuía cotas nos Fundos de Investimentos Florença e Fromage, recebidos em dação de pagamento de um acordo extrajudicial. Em 2019 as cotas foram centralizadas no fundo Fromage. Posteriormente o fundo foi avaliado a valor zero e a Companhia reconheceu a perda patrimonial de aproximadamente R\$14 milhões, que foi baixado contabilmente ao reconhecer o ajuste a valor justo em dezembro de 2020. Em 2021 ocorreu a liquidação do fundo, resultando na conversão das cotas de participação na investida, quando passou a CASAN a deter uma parte do capital social da empresa SM4 Indústria e Comércio de Laticínios (uma sociedade anônima de capital fechado, a qual não é dirigida pela CASAN). A Companhia está em tratativas e buscando opções para realizar a venda dessa participação.

Notas Explicativas

Em razão dessa perda, a CASAN realizou uma auditoria internamente, processo de sindicância e Tomada de Contas Especial, bem como encaminhou o processo ao Tribunal de Contas (sob o nº TCE 22/00496456) e à Comissão de Valores Mobiliários, o qual tramita sob o nº 19957.013002/2022-10, e se encontram em fase de apresentação de defesas.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal de suas atividades e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes da prestação dos serviços.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

	30/06/2024	31/12/2023
Circulante		
Consumidores finais	282.244	254.566
Entidades públicas	26.636	27.429
Consumo a faturar	87.662	75.521
(-) Provisão créditos de liquidação duvidosa PCLD	(81.378)	(73.701)
Total Circulante	315.164	283.815
Não circulante		
Consumidores finais	11.074	14.924
Entidades públicas	6.546	7.492
Créditos reconhecidos como perdas	335.182	316.742
(-) Perdas reconhecidas	(335.182)	(316.742)
Total Não circulante	17.620	22.416
Total Contas a Receber de Clientes	332.784	306.231

A seguir apresentam-se as contas a receber em 30 de junho de 2024, segregadas por categoria e pela faixa de idade dos saldos:

CATEGORIA	A vencer	< 90 dias	> 90 dias e < 180 dias	> 180 dias e < 720 dias	> 720 dias	Total
Comercial	28.475	5.627	1.721	10.988	37.485	84.296
Industrial	4.653	774	155	1.066	5.952	12.600
Pública	18.703	4.075	3.558	18.080	109.300	153.716
Residencial	123.341	41.505	12.535	51.244	182.445	411.070
Consumo a faturar	87.662	-	-	-	-	87.662
	262.834	51.981	17.969	81.378	335.182	749.344
PCLD	-	-	-	(81.378)	(335.182)	(416.560)
Total Contas a Receber	262.834	51.981	17.969	-	-	332.784

Notas Explicativas

10. ESTOQUES

Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto. Estes são demonstrados pelo custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante.

	30/06/2024	31/12/2023
Total Estoques, Materiais em almoxarifado	118.801	130.523

11. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os impostos a recuperar apresenta a seguinte composição:

	30/06/2024	31/12/2023
Imposto de Renda a compensar	25.005	16.441
Contribuição Social a compensar	9.213	6.132
Impostos retidos a recuperar	12.432	5.161
Outros	289	535
Total	46.939	28.269

12. OUTROS

Classificam-se neste grupo os valores referentes a adiantamentos a funcionários e fornecedores, convênios com prefeituras, depósitos em caução, impostos e contribuições antecipadas ou a recuperar e outras contas.

Esses créditos são apresentados no ativo circulante, salvo se sua realização ocorrer em período superior a um ano após a data da demonstração, quando devem figurar no ativo não circulante.

Apresenta a composição a seguir:

	30/06/2024	31/12/2023
Adiantamentos a fornecedores	7.579	8.442
Convênios com prefeituras	638	638
Adiantamentos a empregados	5.356	2.066
Pagamentos reembolsáveis	1.087	1.342
Outros créditos	971	918
Total	15.631	13.406

Os convênios com municípios referem-se, substancialmente, a recursos repassados por meio de convênios de parceria para a manutenção e a preservação de mananciais, a repavimentação e a gestão dos serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgotos sanitários. Esses repasses são realizados à medida que esses municípios prestam contas à CASAN.

Notas Explicativas

13. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

13.1. Ativos Financeiros de Contrato

A Companhia registra os valores dos ativos operacionais que possuem vida útil superior ao prazo dos contratos de programa e que consequentemente deverá ser indenizada pelo Poder Concedente no momento do término do contrato.

Estes valores foram reconhecidos inicialmente pela assinatura de cada Contrato e posteriormente pela adição de parcela referente ao investimento em novos ativos que extrapolam o prazo contratual.

A Companhia possui, em 30 de junho de 2024, R\$869.142 (R\$830.929 em 31 de dezembro de 2023) como ativo financeiro indenizável (municípios), referentes ao montante esperado de recebimento ao final das concessões.

Abaixo demonstramos a movimentação do Ativo Financeiro de Contrato:

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Ajustes	Saldo em 30/06/2024
Ativos Financeiros de Contrato	830.929	42.399	(4.186)	869.142

13.2. Ativo Financeiro de Municipalizados

Até 30 de junho de 2024 a Companhia mantinha registrado em conta do Ativo Realizável a Longo Prazo (Ativos Financeiro) os valores decorrentes de Contratos de Concessão denunciados por parte dos municípios que os romperam, os quais provocaram ações judiciais por parte da CASAN, pleiteando indenizações contratuais dos investimentos em ativos operacionais.

Com base nos contratos que continham cláusula prevendo indenização no caso de rescisão ou extinção, a reversão prevê indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não depreciados ou amortizados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido.

Ativos Financeiros	Saldo Contábil Inicial	12,5% a.a.	Nº anos restantes	Ajustes até 2023	Saldo Contábil 30/06/2024
Morro da Fumaça	4.438	554	2	3.328	1.110
Bombinhas	6.933	883	1	6.050	883
Ilhota	1.498	188	1	1.310	188
Princesa	189	24	2	142	47
Guabiruba	2.062	258	2	1.547	515
Videira	9.798	1.225	2	7.348	2450
Total	24.918	3.132		19.725	5.193

Até o presente momento a Companhia possui ações indenizatórias contra esses municípios em virtude dos investimentos realizados. Adicionalmente, a Companhia está elaborando novas ações de indenizações contra os demais municípios que rescindiram o contrato de exploração de água e esgoto.



Notas Explicativas

Segue abaixo demonstrativo com valor histórico, por município, das indenizações pleiteadas judicialmente:

Prefeitura municipal de:	Ano saída	Valor inicial	Prefeitura municipal de:	Ano saída	Valor inicial
Tubarão	2005	17.000	Camboriú	2005	7.000
Balneário Gaivota	2010	2.420	Navegantes	2005	6.000
Campo Alegre	2011	1.879	Ilhota	2017	2.215
Canelinha	2009	4.094	Balneário Camboriú	2005	40.000
Capivari de Baixo	2010	955	Schroeder	2007	2.000
Corupá	2010	3.982	Sombrio	2007	2.594
Fraiburgo	2005	2.200	São Francisco do Sul	2013	7.047
Guaramirim	2007	6.535	Itajaí	2005	30.000
Itapoá	2007	3.469	Joinville	2005	135.000
Imbituba	2014	25.037	Papanduva	2005	800
Massaranduba	2010	2.486	Três Barras	2011	2.281
Meleiro	2009	571	Timbó	2005	5.000
Palhoça	2007	10.000	Itapema	2005	4.000
Penha	2012	8.896	São José do Cedro	2014	3.584
Praia Grande	2013	1.078	Lages	2005	110.000
Presidente Getúlio	2010	4.536	Garuva	2012	475
São João Batista	2005	1.900	Gravatal	2015	8.308
Bombinhas	2017	7.100	Videira	2018	9.000
Princesa	2017	191	Guabiruba	2018	3.072
Total de Indenizações, considerando valor inicial, no ano de saída:					482.705

13.3. Outros Créditos a receber

A Companhia proferiu com êxito o ajuizamento de execução das CCIs recebidas após a liquidação do Fundo Florença. Com isso, as devedoras assinaram um Termo de Acordo com a CASAN com as seguintes condições de pagamento:

- Valor do Acordo: R\$3.785, sendo 10% de entrada e o saldo remanescente dividido em 60 pagamentos mensais, sendo que da 2ª parcela em diante há a correção do saldo devedor pelo IPCA do mês anterior.

	30/06/2024	31/12/2023
Outros Créditos a Receber	3.292	-

Notas Explicativas

14. ATIVO FISCAL DIFERIDO

A Companhia reconheceu ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias como segue:

Natureza da Provisão:	30/06/2024				31/12/2023
	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	Total
Créditos de liquid. duvidosa	81.378	20.344	7.324	27.668	25.058
Contingências trabalhistas	10.012	2.503	901	3.404	4.081
Contingências cíveis	56.374	14.094	5.074	19.168	22.205
Contingências ambientais	-	-	-	-	-
Prejuízo Fiscal	-	-	-	-	1.982
Total	147.764	36.941	13.299	50.240	53.326

Classificação do ativo diferido:

Realizável a longo prazo	50.240	53.326
--------------------------	---------------	---------------

A realização destes ativos fiscais diferidos dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas, em consonância com o CPC 32.

As movimentações do ativo fiscal diferido foram as seguintes:

Imposto de Renda Diferido Ativo	01 de janeiro de 2023	Creditado / Debitado à DRE	31 de dezembro de 2023	Creditado / Debitado à DRE	30 de junho de 2024
Provisão crédit. liquid. duvidosa	20.121	4.937	25.058	2.610	27.668
Provisão para contingências	27.162	(876)	26.286	(3.714)	22.572
Prejuízo Fiscal	13.328	(11.346)	1.982	(1.982)	-
Ajuste a Valor Justo	-	-	-	-	-
Total	60.611	(7.285)	53.326	(3.086)	50.240

15. INTANGÍVEL, ATIVO DE CONTRATO E IMOBILIZADO

Os grupos de ativos Intangível, Imobilizado e Ativos de Contrato da Companhia estão representados pelos bens destinados às atividades operacionais e administrativas, como segue abaixo:

15.1. Ativos Intangíveis

	31/12/2023 Líquido	Amortização	Baixas e Ajustes	Aquisições / Transf.	30/06/2024 Líquido
Sistema de Água	599.504	(40.951)	(317)	101.950	660.186
Sistema de Esgoto	1.073.023	(41.592)	(15)	12.048	1.043.464
Total	1.672.527	(82.543)	(332)	113.998	1.703.650

Notas Explicativas

15.2. Ativos de Contrato

Os Ativos de Contratos (obras em andamento) referem-se principalmente a novos projetos e melhorias operacionais, assim representados:

	30/06/2024	31/12/2023
Produção	360.065	341.365
Distribuição	50.088	75.787
Projetos e obras de operação Imediata	33.391	46.904
Total Água	443.544	464.056
Coleta, tratamento, lançamento final, projetos e estudos	909.390	800.651
Projetos e obras de operação Imediata	5.086	3.381
Total Esgoto	914.476	804.032
Projetos e obras administrativas	15.757	15.706
Estoques de obras, adiantamentos e convênios municipais	20.266	14.883
Total Obras Administrativas e Estoque de Obras	36.023	30.589
Total Ativos de Contrato	1.394.043	1.298.677

A posição e movimentação das obras em andamento do período está demonstrada na tabela abaixo:

	31/12/2023	Adições	Transferências	30/06/2024
Ativos de Contrato	1.298.677	209.917	(114.551)	1.394.043

15.3. Ativos Imobilizados (administrativos)

Os ativos imobilizados são todos os bens da Companhia destinados às atividades administrativas:

	31/12/2023 Líquido	Depreciação	Baixas e Ajustes	Aquisições / Transf.	30/06/2024 Líquido
Ativos Administrativos	60.935	(4.305)	(937)	1.416	57.109

Em 1996 a Companhia procedeu às reavaliações de seus ativos, que compreendiam terrenos, edificações, máquinas, equipamentos e redes. O laudo de avaliação foi emitido em 30 de abril de 1996 pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU. A taxa de depreciação dos bens reavaliados foi ajustada em função da vida útil remanescente, indicada no laudo de avaliação. Em 30 de novembro de 2011 a Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos – FEPESE, emitiu laudo de avaliação dos ativos da Companhia, gerando novo saldo de avaliação.

O saldo da reavaliação de ativos próprios alocada no imobilizado é como segue:

	30/06/2024	31/12/2023
Ativos reavaliados	229.605	240.020
Tributos sobre a reavaliação	(58.258)	(60.901)
Saldo da reavaliação	171.347	179.119

Notas Explicativas

15.4. Investimentos no período

De janeiro a junho de 2024, o montante de investimentos registrado pela Companhia nos municípios catarinenses foi de **R\$248.955**. Abaixo, destacamos as maiores obras investidas durante o período.

Município	Obra	
Florianópolis	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário (Bacias D/F)
Florianópolis	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Saco Grande
São José e Florianópolis	Esgoto	Construção da Estação de Tratamento de Esgoto do Sistema Integrado de Potecas
Diversos	Água	Aquisição de tubulações
Diversos	Água	Aquisição de reservatórios
Xanxerê, Xaxim e Chapecó	Água	Construção da captação no Rio Chapecozinho (Sistema Integrado)
Florianópolis	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário dos Ingleses
Braço do Norte	Água	Ampliação da Estação de Tratamento de Água
Araquari	Água	Construção da Estação de Tratamento de Água
Biguaçu	Água	Construção da Estação de Tratamento de Água

15.5. Depreciação e Amortização

De maneira geral, as taxas anuais de depreciação e amortização são as seguintes:

Imobilizado e Intangível	30/06/2024	31/12/2023
Construção civil	4%	4%
Equipamentos	10%	10%
Equipamentos de transporte	20%	20%
Móveis e utensílios	10%	10%

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As contas de Empréstimos e Financiamentos registram as operações da Companhia junto às Instituições Financeiras do país ou exterior, cujos recursos são destinados a financiar compra de ativos, obras e/ou capital de giro. A seguir demonstramos os Empréstimos ajustados a valor presente, conforme a taxa contratual de cada contrato, apresentada nas notas explicativas abaixo:

	30/06/2024		
	Dívida	(-) Juros a Apropriar	Dívida Líquida (AVP)
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	192.627	(12.924)	179.703
Japan International Cooperation Agency - JICA	397.751	(29.244)	368.507
Total de Operações líquidas no exterior	590.378	(42.168)	548.210

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 de junho de 2024.

Em milhares de reais



Notas Explicativas

	30/06/2024		
	Dívida	(-) Juros a Apropriar	Dívida Líquida (AVP)
Caixa Econômica Federal – CAIXA	282.139	(94.551)	187.588
Debêntures	1.627.212	(509.598)	1.117.614
Banco Safra	15.735	0	15.735
Banco do Brasil	205.946	(71.284)	134.662
Banco ABC	82.425	(24.194)	58.231
Total Operações Líquidas no país	2.213.457	(699.627)	1.513.830
Total Empréstimos e Financiamentos	2.803.835	(741.795)	2.062.040

A seguir, a comparação com o ano de 2024 e 2023, pelos seus valores líquidos:

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		Encargos incidentes
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	60.899	54.955	118.804	133.464	Nota Exp. 1,20% a.a.
Japan International Cooperation Agency - JICA	34.887	34.542	333.620	332.781	
Total de Operações no exterior	95.786	89.497	452.424	466.245	
Caixa Econômica Federal	13.133	12.680	174.455	180.138	Nota Exp.
Debêntures	176.910	175.686	940.704	1.016.905	Nota Exp.
Banco Safra	15.735	23.591	0	3.917	Nota Exp.
Banco ABC	54	36.769	58.177	27.647	Nota Exp.
Banco do Brasil	4.734	527	129.928	109.167	Nota Exp.
Total de Operações no país	210.566	249.253	1.303.264	1.337.774	
Total de Empréstimos e Financiamentos	306.352	338.750	1.755.688	1.804.019	

a. Os contratos de empréstimos junto a AFD estão sujeitos a COVENANTS.

b. As amortizações, do principal e dos encargos financeiros incorridos, obedecem ao seguinte escalonamento:

Ano	30/06/2024
Amortizações para 2024	151.444
Amortizações para 2025	351.059
Amortizações para 2026	514.435
Amortizações para 2027	330.384
Amortizações para 2027 em diante	714.718
Total	2.062.040

c. Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira foram convertidos para reais, pelas taxas de câmbio vigentes na data de fechamento, sendo 1 Euro equivalente a R\$5,3979

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 de junho de 2024.

Em milhares de reais

**Notas Explicativas**

em 29 de dezembro de 2023 e R\$5,9547 em 30 de junho de 2024 e; 1 Iene equivalente a R\$0,03422 em 29 de dezembro de 2023 e R\$0,03456 em 30 de junho de 2024.

Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD

Em 18 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de financiamento junto a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de R\$350.660 (€99.756), que tem como objetivo realizar investimentos em infraestrutura de saneamento básico em municípios de médio porte de Santa Catarina. A taxa de juros do financiamento é definida nas datas dos desembolsos, resultando em juros de 5,39% sobre €25.000 desembolsados em 22/10/2013, juros de 3,59% sobre €25.000 desembolsados em 07/12/2016 e juros de 3,68% sobre €49.756 desembolsados em 24/08/2017. O financiamento teve prazo de carência de 5 anos. Após a carência, 10 anos de amortização, que se iniciou em 15/10/2017, sendo a última parcela em 15/04/2027. Em 07 de abril de 2021 foi assinado o 3º aditivo contratual que alterou o cronograma para o uso do recurso disponível no contrato de 31 de dezembro de 2018 para 31 de dezembro de 2023. Em 30 de junho de 2024 o saldo devedor é de R\$179.703 equivalente a €30.178.

Japan International Cooperation Agency – JICA

Em 31 de março de 2010 foi realizada a contratação do financiamento junto ao Banco Japan International Cooperation Agency - JICA, para o Programa de Saneamento no Estado de Santa Catarina. O investimento total é de ¥12.324.000 para as obras e de ¥2.102.000 para consultoria, sendo que os juros incidentes são de 1,20% a.a. e 0,01% a.a. respectivamente. Até 30 de junho de 2024 a Companhia recebeu o montante de R\$465.071 (¥11.666.833) para as obras e de R\$70.401 (¥2.421.970) para consultoria. Este financiamento é garantido pela República Federativa do Brasil. O prazo de carência foi de 7 anos, após isso, são 19 anos de amortização. A amortização teve início em 20 de março de 2017 e finaliza em 20 de março de 2035. Em 30 de junho de 2024 o saldo devedor é de R\$368.507 equivalente a ¥10.662.820.

Caixa Econômica Federal – CAIXA – Obras

Os financiamentos obtidos da Caixa Econômica Federal - CAIXA referem-se a diversas linhas de crédito para investimentos em obras de saneamento básico, conforme abaixo:

Ano dos contratos	Vencimentos finais	30/06/2024	31/12/2023
2010	2032	16.187	16.866
2012	2034 a 2036	171.401	175.952
Total		187.588	192.818

O valor do principal e os encargos são pagos em bases mensais. Os contratos firmados têm carência de 14 a 46 meses para pagamento do principal. Os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal são garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia.

Debêntures - 2ª Emissão

Em 28 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a segunda emissão de 60.000 mil (sessenta mil) debêntures simples com valor nominal de R\$10.000,00 (dez mil reais), não conversíveis em ações, da espécie com garantia real nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, divididas em quatro séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição.

Em 13 de agosto de 2021 foi realizada uma nova assembleia geral dos Debenturistas para a alteração do início da amortização. A amortização do valor nominal unitário das debêntures será

Notas Explicativas

em parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida em 12 de março de 2023 e a última em 14 de setembro de 2026.

A Remuneração contempla juros remuneratórios, a partir da respectiva data de liquidação, correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 5,75% a.a. Em 30 de junho de 2024 o saldo devedor é de R\$368.066.

Debêntures Simples e Incentivada - 3º Emissão

Na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 07 de novembro de 2023 (“Aprovação Societária”), foram aprovadas as condições da oferta pública de distribuição da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em até duas séries, da Emissora (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei de Valores Mobiliários”), sob o rito de registro automático, sob regime misto de garantia firme e de melhores esforços de colocação, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 160”), e das demais disposições legais aplicáveis (“Oferta”);

O valor da emissão ficou em 500.000 mil (quinhentas mil) referente às Debêntures Simples da primeira série e 280.000 (duzentos e oitenta mil) referente às Debêntures Incentivadas de segunda série com valor nominal de R\$1.000,00 (mil reais).

Remuneração das Debêntures da Primeira Série - Sobre o Valor Nominal Unitário, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressas na forma percentual ao ano, acrescida de um spread de 5,50% (cinco inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano em conjunto com a Taxa DI, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos.

Remuneração das Debêntures da Segunda Série - Sobre o Valor Nominal Atualizado incidirão a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (denominação atual da antiga Nota do Tesouro Nacional, série B – NTN-B), acrescida exponencialmente de um spread de 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano.

Prazo de Vigência, Data de Vencimento e Amortização - O vencimento final das Debêntures da Primeira Série ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, vencendo em 16 de novembro de 2028 e a sua amortização inicia em 16 de novembro de 2025. O vencimento final das Debêntures da Segunda Série ocorrerá ao término do prazo de 10 (dez) anos a contar da Data de Emissão, vencendo em 16 de novembro de 2033 e a sua amortização inicia em 16 de maio de 2026.

Em 30 de junho de 2024 o saldo devedor é de R\$486.041 das Debêntures Simples e de R\$263.507 da Incentivada.

São Banco Safra

Em 30 de março de 2022, foi contratado uma CCB - Cédula de Crédito Bancário com o Banco Safra S/A no valor de R\$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com uma taxa de juros de 0,2304% ao mês e taxa CDI correspondente à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos CDI – “base over”, divulgadas pela B3 - S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. A carência ficou



Notas Explicativas

de 12 meses, com vencimento inicial em 27 de março de 2023 e final em 12 de fevereiro de 2025. Em 30 de junho de 2024 o saldo devedor é de R\$15.735.

Banco do Brasil

Em 20 de Abril de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco do Brasil no valor de R\$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,5% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de abril de 2023 e final em 15 de março de 2027. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3ª emissão das debêntures, foi amortizado o valor de R\$16.911 do contrato. Em 30 de junho de 2024 o saldo devedor é de R\$22.354.

Em 17 de Fevereiro de 2023, foi contratada uma CCB com o Banco do Brasil no valor de R\$50.000 (Cinquenta milhões de reais), com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,6% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 14 meses, com vencimento inicial em 15 de maio de 2024 e final em 15 de fevereiro de 2028. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3ª emissão das debêntures, foi amortizado o valor de R\$14.130 do contrato. Em 30 de junho de 2024 o saldo devedor é de R\$36.030.

Em 3 de Maio de 2023, foi contratada uma CCB com o Banco do Brasil no valor de R\$70.000 (Setenta milhões de reais), com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,45% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de maio de 2024 e final em 15 de abril de 2028. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3ª emissão das debêntures, foi amortizado o valor de R\$18.958 do contrato. Em 30 de junho de 2024 o saldo devedor é de R\$51.266.

Em 28 de junho de 2024, foi contratada uma CCB com o Banco do Brasil no valor de R\$25.000 (Vinte e cinco milhões de reais), com taxa média do CDI divulgada pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,10% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de agosto de 2025 e final em 15 de julho de 2027. Em 28 de junho de 2024 o saldo devedor é de R\$25.012.

Banco ABC

Em 31 de Maio de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco ABC no valor de R\$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com juros de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI “over extra grupo” DI – CETIP, capitalizado diariamente, acrescido da taxa de 3,15% a.a. pago a cada 90 dias. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 19 de maio de 2023 e final em 28 de abril de 2027. Em 30 de junho de 2024 o saldo devedor é de R\$33.208.

Em 23 de Dezembro de 2023, foi contratado uma CCB com o Banco ABC no valor de R\$25.000. (Vinte e cinco milhões de reais), com juros de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI “over extra grupo” DI – CETIP, capitalizado diariamente, acrescido da taxa de 3,15% a.a. pago a cada 90 dias. Em 29 de setembro de 2023 foi realizado um aditivo do contrato prorrogando a amortização. A amortização e alterando a taxa de juros para 3,60%. Em 27 de junho de 2024 foi realizado um novo aditivo prorrogando a amortização e alterando a taxa de juros para 3,40%. A amortização ficou com vencimento inicial em 15 de agosto de 2025 e final em 17 de maio de 2027. Em 30 de junho de 2024 o saldo devedor é de R\$25.023.

Notas Explicativas

European Investment Bank -BEI

Em 14 de dezembro de 2023 foi assinado o contrato de financiamento junto ao European Investment Bank – BEI, no montante de €100.000 (cem mil euros) que tem como objetivo realizar investimentos em águas residuais e infraestrutura hídrica em Santa Catarina. A taxa de juros do financiamento será definida nas datas dos desembolsos. Até 30 de junho de 2024 não ocorreu nenhum desembolso.

17. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Os valores a seguir representam, entre outros: valores retidos dos colaboradores a repassar às associações de classe ou instituições financeiras (empréstimos consignados na folha); a INSS, IR e FGTS incidentes sobre a folha de pagamento; plano de saúde e previdenciário; programa de alimentação do trabalhador e provisão de férias e seus encargos

	30/06/2024	31/12/2023
Circulante:		
Provisão para férias	57.520	43.892
INSS	8.357	8.221
FGTS	1.946	2.837
IR s/folha de pagamento	6.160	9.132
Consignações	2.633	2.568
Salários	14.777	14.461
Outros	788	767
Total Circulante	92.181	81.878
Não Circulante:		
Participação em resultados	-	3.176
Total Não Circulante	-	3.176

18. TRIBUTOS A RECOLHER

As composições eram conforme aberturas nos seguintes valores:

	30/06/2024	31/12/2023
Circulante:		
REFIS	529	4.367
COFINS	11.937	20.050
COFINS PARCELAMENTO	23.499	17.573
PIS	2.570	4.332
PIS PARCELAMENTO	5.083	3.803
Imposto de Renda - retenções	219	350
Imposto de Renda sobre lucro real	37.748	17.616
PIS/COFINS/CSLL - retenções	677	1.324
INSS de terceiros	1.207	949
Contribuição social sobre lucro real	13.928	6.806
Outros	797	703
Total circulante	98.194	77.873

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 de junho de 2024.

Em milhares de reais

**Notas Explicativas**

	30/06/2024	31/12/2023
Não circulante:		
REFIS	525	577
COFINS PARCELAMENTO	74.771	62.966
PIS PARCELAMENTO	16.175	13.626
Total não circulante	91.471	77.169

Em abril de 2023, após análise financeira de mercado, a Companhia optou por iniciar o parcelamento em 60 vezes, do pagamento dos débitos com PIS e COFINS sobre faturamento, conforme regras da receita federal.

Em 2009 a Companhia decidiu pela adesão da Lei 11.941/09, relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, o que gerou a transferência dos montantes originários do REFIS. A Secretaria da Receita Federal do Brasil confirmou a consolidação dos débitos em 28 de setembro de 2011. Os saldos e a mutação do REFIS nas demonstrações contábeis está resumida como segue:

	Circulante		Não Circulante	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Saldo anterior	4.367	8.418	577	4.755
Transferências	76	4.455	(76)	(4.455)
Atualizações (TJLP)	56	186	24	277
Amortizações	(3.970)	(8.692)	-	-
Total	529	4.367	525	577

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Registram-se os tributos diferidos decorrentes da reavaliação de ativos próprios que perfazem o montante de R\$58.258 em 30 de junho de 2024 (R\$60.901 em 31 de dezembro de 2023), conforme mencionado na nota explicativa nº14.

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal.

De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

Notas Explicativas

20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Administração, com base em análise conjunta com seus consultores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para fazer face a prováveis perdas em processos judiciais.

	30/06/2024	31/12/2023
Provisão contingências cíveis	56.374	65.307
Provisão contingências trabalhistas	10.012	12.002
Total Provisões	66.386	77.309
Total Depósitos dados em garantia	(107.844)	(108.598)
Insuficiência (Suficiência) da cobertura	(41.458)	(31.289)

Em 30 de junho de 2024 as ações judiciais, enquadradas pela área jurídica da Companhia, cujo grau de risco foi classificado como possível, somam R\$875.957 (R\$718.700 em 31 de dezembro de 2023).

20.1. Contingências cíveis

Tramita na esfera judicial de Santa Catarina ações cíveis referentes a diferenças de juros e correção monetária, previstos em contratos, em face de atrasos nos pagamentos mensais das faturas de cobrança, ações cíveis públicas e outros de naturezas diversas vinculados com a operacionalidade da Companhia. Esses processos ainda não possuem sentença judicial, daí a necessidade de provisionamento.

20.2. Contingências trabalhistas

As causas trabalhistas provisionadas dizem respeito ao pagamento de horas extras e outras questões salariais (agregações, demissões sem justa causa etc.), com risco de perda provável. Assim, com base em informações da assessoria jurídica, a Companhia estima e provisiona o valor em face de eventuais perdas nesses processos.

Cabe registrar que não estão incluídos nos valores de provisões os processos classificados em perdas possíveis ou remotas.

21. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

21.1. Plano CASANPREV

A Companhia patrocina plano de benefício definido operado e administrado pela Fundação CASAN de Previdência Complementar - CASANPREV. Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33 (R1), foi contratada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a empresa Rodarte Nogueira – Consultoria em Estatística e Atuária, que emitiu relatórios detalhados, suportando as informações incluídas nesta nota, na referida data base.

Em 30 de junho de 2024 a Companhia possui contabilizado, a título de passivo atuarial do Plano de Previdência Complementar – CASANPREV, o montante de R\$59.011 (R\$59.011 em 31 de dezembro de 2023).

Notas Explicativas

O Plano CASANPREV está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, na qual a fase de acumulação se dá nas modalidades de Contribuição Definida e Benefício Definido, e o período de recebimento dos benefícios em uma estrutura de Benefício Definido. O plano é oferecido aos

A seguir demonstramos a projeção da despesa para o exercício de 2024:

Componentes do custo / (receita) próximo exercício	31/12/2024
Custo do serviço corrente (parte patronal) (1+2)	(1.122)
1 Custo do serviço corrente bruto	1.270
2 Contribuições esperadas de ativos para próximo exercício	(2.392)
Custo líquido dos juros	5.183
Custo do benefício pós-emprego no período	4.061

O valor da despesa projetada para o exercício de 2024 será registrado no mês de dezembro de 2024.

Em 28/03/2024, o Conselho de Administração, na 437ª Reunião Extraordinária, aprovou o Plano de Equacionamento do Déficit Técnico do Plano de Previdência – CASANPREV referente ao Exercício de 2022, no valor de R\$24.775 apurados de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Em conformidade com a Lei Complementar nº 109/2001 e com a Resolução CNPC nº 30/2018, o déficit será equacionado paritariamente pela Patrocinadora (CASAN), participantes e assistidos do plano CASANPREV, sendo de responsabilidade da Companhia o valor de R\$12.234, a ser pago através de parcelas mensais, iniciando-se em abril de 2024 cujo prazo total é de 18 anos, com o valor nominal da parcela mensal inicial no montante de R\$92.

A amortização mensal das parcelas será dada pela Tabela Price, acrescida da taxa anual de juros atuarial vigente de 4,86% ao ano e atualizadas mensalmente, a partir da data base, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que venha a ser utilizado no Plano CASANPREV.

Deste modo, o passivo atuarial do Plano refletirá o equacionamento quando o mesmo for atualizado, ao final do exercício de 2024.

21.2. Plano de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI (2017/2018)

Em 28 de julho de 2017, na trecentésima vigésima quinta (325ª) reunião do Conselho de Administração, considerando a proposição da Diretoria Executiva, fundamentada na necessidade de manutenção da capacidade de investimentos, na reestruturação da Companhia e nas medidas de contenção de despesas, foi autorizado o lançamento do Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI 2017.

As indenizações estão sendo pagas em até 96 prestações.

	30/06/2024	31/12/2023
PDVI 2017 – Passivo Circulante	92.287	89.523
PDVI 2017 – Passivo Não Circulante	74.038	115.896
Total PDVI	166.325	205.419

Notas Explicativas

22. PARTES RELACIONADAS

22.1. Transação com Partes Relacionadas

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, o Estado, via Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina e BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento, e a acionista CELESC.

Descrição	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Gov. do Estado-SC (Precatórios) ¹	-	-	35.423	24.612	-	-	-	-
Secretaria do Estado da Fazenda	5.993	5.839			20.503	18.857	-	-
SEFAZ (BNDES) ²			973	6.798			7	681
Celesc	192	60	19.220	9.628	414	408	61.363	63.284
Total	6.185	5.899	55.616	41.038	20.916	19.265	61.370	63.965

¹ A CASAN ingressou ao Regime Especial de Pagamento de Precatórios do Estado de Santa Catarina, compondo o passivo de dívidas do Estado.

² Com a interveniência do Estado de Santa Catarina, em julho de 2008 a Companhia firmou contrato com o BNDES no valor R\$150.475, com juros de 3,54% ao ano + TJLP, que está sendo amortizado em 150 prestações mensais e sucessivas, sendo que a primeira prestação venceu em 15 de fevereiro de 2012 e a última irá vencer em 15 de julho de 2024. Em 4 de agosto de 2010 a Assembleia Legislativa aprovou o Projeto de Lei nº 267/10, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito para a assunção destas obrigações assumidas pela CASAN junto ao BNDES. Dessa forma, os valores devidos ao BNDES são contabilizados como empréstimos e financiamentos referente a Partes Relacionadas, no passivo não circulante, e mantidos no mesmo grupo de contas. Tais valores conservam as mesmas características iniciais, porém referem-se à dívida com o Governo do Estado de Santa Catarina.

22.2. Remuneração dos Administradores

A remuneração global dos administradores para o exercício de 2024 foi aprovada pela 54ª/2023 Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 29 de abril de 2024, no montante global de até R\$4.827. Em 2023 a aprovação se deu pela 53ª/2023 Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 28 de abril de 2023, no montante de até R\$4.091.

Abaixo, apresentamos o quadro de remuneração dos administradores:

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
Salário ou Pró-labore	1.191	1.151
Benefícios diretos e indiretos	456	582
Representações	74	70
Diárias	25	22
Total	1.746	1.825

Notas Explicativas

23. RECEITA DIFERIDA

O montante de R\$18.266 em 30 de junho de 2024 (R\$18.266 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a recursos do Orçamento Geral da União (OGU), destinados à CASAN para o desenvolvimento de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Essas obras estão sendo realizadas no bairro Campeche, em Florianópolis, em Mafra, e também incluem a Barragem do Rio do Salto e a Adutora do Rio Chapecozinho. A realização de tais valores se dará a partir do momento da conclusão das referidas obras, tendo como base de realização a amortização dos investimentos efetuados e, como contrapartida, o resultado do exercício.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1. Capital Social

O capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R\$1.224.547 em 30 de junho de 2024 (idem em 31 de dezembro de 2023), representado por 1.039.655.158 ações (idem em 31 de dezembro de 2023).

Composto por ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, e ações preferenciais todas nominativas, sem direito a voto e sem valor nominal, sendo a estas assegurada a prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos não cumulativos. Ambas dão direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, na proporção das ações, sendo que as ações preferenciais têm direito a um recebimento 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

A composição das ações apresenta-se conforme discriminado a seguir:

Acionistas	30/06/2024 e 31/12/2023		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Governo do Estado de Santa Catarina	460.598.011	465.460.017	926.058.028
Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina – CELESC	56.713.251	56.778.178	113.491.429
Demais Acionistas	57.459	48.242	105.701
Total de ações	517.368.721	522.286.437	1.039.655.158

Em 24 de junho de 2024 a CASAN publicou um Aviso aos Acionistas abrindo nova operação de Aumento de Capital, cujo objetivo é destinar os valores à aplicação em novos investimentos a serem feitos pela Companhia, visando o atendimento dos desafios impostos pela alteração da legislação do setor.

Estima-se que a homologação da operação de Aumento de Capital e emissão das novas ações aconteça ainda no ano de 2024.

Notas Explicativas

24.2. Reserva de Lucros**Reserva Legal**

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não pode exceder a 20% do capital social.

Reserva para Fundo de Investimentos

Conforme art. 72º do Estatuto Social da CASAN, o saldo remanescente (após a destinação da reserva legal e dividendos) será destinado a uma Reserva para Plano de Investimentos, que terá por finalidade assegurar investimentos em água e esgotamento sanitário ou acréscimo ao capital de giro para amortização de dívidas.

Esta reserva não poderá exceder ao valor do capital social e poderá ser utilizada na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações ou na incorporação ao Capital Social.

24.3. Resultado por Ação

	30/06/2024	30/06/2023
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	101.120	35.335
Quantidade total de ações	1.039.655.158	949.739.585
Lucro básico e diluído por ação (reais por ação)	0,09726	0,03720

24.4. Outros Resultados Abrangentes

Conforme preconiza o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, os ajustes do valor justo do Passivo Atuarial referentes aos Planos de Benefícios aos empregados da Companhia (Nota Explicativa nº 21) decorrentes dos ganhos ou perdas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido.

25. RECEITA OPERACIONAL

As receitas operacionais auferidas pela Companhia no primeiro trimestre de 2024 e 2023 estão apresentadas abaixo:

	30/06/2024	30/06/2023
Tarifas de água	794.318	681.448
Tarifas de esgoto	218.735	183.290
Outras receitas de serviços de água	12.368	9.629
Outras receitas de serviços de esgoto	39	57
Total do faturamento	1.025.460	874.424
Impostos sobre vendas e outras deduções	(96.157)	(83.487)
Total receita líquida	929.303	790.937

A Companhia apresenta a receita operacional líquida sem os valores da Receita de Construção (CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 de junho de 2024.

Em milhares de reais

**Notas Explicativas**

A Companhia incorreu em receitas e custos com contratos de construção (CPC 47) vinculados aos contratos de concessões até 30 de junho de 2024, no montante de R\$209.917 (R\$149.929 em 30 de junho de 2023), ou seja, com margem nula.

26. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

As despesas da Companhia distribuem-se por natureza da seguinte maneira:

	30/06/2024	30/06/2023
Salários e encargos*	259.329	235.736
Materiais	54.134	61.030
Serviços de terceiros	173.876	171.249
Gerais e tributárias	29.902	25.347
Depreciações, amortizações e provisões	82.314	95.629
Perdas realização créditos e Provisão devedores duvidosos	26.152	19.886
Recomposição de pavimentação	16.482	16.050
Fundos para programas municipais**	39.362	37.039
Amortização direito de uso de bem	14.124	10.146
Total	695.675	672.112

27. GASTOS COM EMPREGADOS

Segue abaixo a relação dos gastos com empregados da Companhia:

	30/06/2024	30/06/2023
Salários	99.027	89.753
Férias, Abono e 13º Salário	28.163	25.884
Custos previdenciários	45.338	40.726
FGTS	11.662	10.555
Programa de alimentação	25.011	20.100
Programa de saúde	21.647	16.307
Gratificações	18.254	15.787
PDVI – Demissão voluntária incentivada	5.884	12.371
Outros benefícios	4.343	4.253
Total	259.329	235.736
Número de empregados	2.674	2.603

Notas Explicativas

28. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro auferido pela Companhia está apresentado abaixo:

	30/06/2024	30/06/2023
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	759	608
Juros ativos	3.827	1.626
Rendimento de aplicações financeiras	18.327	4.839
Acréscimos por inadimplências contratuais	14.734	-
Ganho com recuperação de crédito	52	-
Outros		11.811
Total Receitas Financeiras	37.699	18.884
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(107.620)	(100.897)
Variações monetárias e cambiais (reversão)	(16.252)	19.387
Multas e juros*	(12.175)	-
Correção monetária	(97)	
Outras	(2.619)	(8.989)
Total Despesas Financeiras	(138.763)	(90.499)
Resultado Financeiro Líquido	(101.064)	(71.615)

*Valores de juros e multas referem-se aos juros do parcelamento dos tributos PIS e COFINS.

29. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

As outras receitas são compostas substancialmente por pessoal à disposição de outros órgãos e as despesas operacionais compostas pela adesão de colaboradores ao programa de demissão incentivada e pela complementação das provisões para contingências, conforme notas explicativas 21 e 20, respectivamente. Abaixo segue a composição das mesmas:

	30/06/2024	30/06/2023
Outras receitas operacionais		
Indenizações e ressarcimento de despesas	4.481	72
Comissão prestação de serviços/convênios	541	532
Reversão causas trabalhistas	4.000	47
Reversão causas cíveis	8.992	470
Reversão causas ambientais	-	4.500
Vendas de bens do imobilizado	1.019	790
Contribuições e doações	2.111	566
Outras	20	19
Total Outras Receitas Operacionais	21.164	6.996
Outras despesas operacionais		
Baixa de imobilizado	(396)	(176)
Provisões causas cíveis	(12)	(17)
Fiscais e tributárias	(81)	(245)
Total Outras Despesas Operacionais	(489)	(438)
Outras Receitas (Despesas) Oper. Líquidas	20.675	6.558

30. SEGUROS

A Companhia objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. Em 30 de junho de 2024 a Companhia possui seguros prediais contratados contra incêndios, vendavais, danos elétricos, raios e explosões, com cobertura no montante de R\$69.775. Tal montante engloba os seguros contratados para diversos prédios próprios e alugados pela Companhia.

A Companhia aluga 599 veículos leves que já incluem no valor da locação os custos dos seus respectivos seguros.

31. CONCESSÕES DE CONCÓRDIA E SÃO MIGUEL DO OESTE

Diante da deflagração de processos licitatórios para a concessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário pelos municípios de Concórdia e São Miguel do Oeste, a CASAN vem atuando perante os referidos Municípios, Agências Reguladoras e Órgãos de Controle, no sentido de avaliar a participação da Companhia nos processos licitatórios, e no sentido de resguardar os seus direitos em observância aos princípios e dispositivos regulatórios e legais.

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

32.1. Fitch eleva rating da CASAN

A Agência de classificação de risco de crédito Fitch Ratings (Fitch) em 24/07/2024 realizou um upgrade no rating nacional de longo prazo da Companhia para 'BBB+ (bra)', elevando em uma única vez, três níveis (notches), o que a torna uma empresa segura para investimentos com perspectiva estável

Conforme o relatório da Fitch Ratings, a elevação do rating da CASAN reflete um fortalecimento significativo na geração operacional de caixa da empresa, impulsionado pelo reajuste tarifário implementado em junho.

32.2. Decisão do TCE/SC sobre os Fundos de Investimentos Florença e Fromage

Em 25 de julho de 2024 o Pleno do Tribunal de Contas de Santa Catarina - TCE/SC, considerou irregulares a aceitação, a manutenção e a aquisição de cotas de fundos de investimentos pela Companhia (destacados na nota explicativa 8.2), em decorrência de acordo extrajudicial realizado com a Fundação CASAN (Fucas) para quitação de dívida via dação em pagamento. A decisão condenou os responsáveis à época à devolução dos R\$14 milhões investidos.

A decisão diz respeito aos ex-gestores da Companhia e ainda está sujeita a recurso. A Companhia informa que está acompanhando o processo por meio de sua Procuradoria Jurídica, com o objetivo de garantir que a CASAN seja devidamente ressarcida pelos prejuízos identificados.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas e aos Conselheiros da
COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN
Florianópolis – SC

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findo naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) aplicável à elaboração das informações trimestrais, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Benefícios a Empregados (Nota Explicativa 3.10 e 21.1)

A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar na modalidade de Contribuição Variável. Em 30 de junho de 2024, a Companhia possui contabilizado, a título de passivo atuarial do Plano de Previdência Complementar – CASANPREV, o montante de R\$ 59.011 mil. Nossa conclusão não apresenta modificação relacionada a esse assunto.

Plano de Demissão Voluntária Incentivada (Nota Explicativa 3.10 e 21.2)

A Companhia possui um Plano de Demissão Voluntária Incentivada. Em 30 de junho de 2024, a Companhia apresenta, a título de obrigações com o PDVI, o montante de R\$ 166.325 mil, Passivo Circulante e Não Circulante. Nossa conclusão não apresenta modificação relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), individual, referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais tomadas em conjunto.

Barueri, 7 de agosto de 2024.

RUSSELL BEDFORD GM

AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Jorge Luiz Menezes Cereja
Contador 1 CRC RS 43679/O
Sócio Responsável Técnico

Rosangela Pereira Peixoto Guarda Rodrigues
Contadora 1 CRC RS 65.932/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Atendendo ao disposto no § 1º, do artigo 27, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, DECLARAM os diretores da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, companhia aberta, com sede a Rua Emílio Blum, 83, bairro Centro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 82.508.433/0001-17 e com registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob o nº 01686-1, que reviram, discutiram e concordaram com as informações relativas ao 2º ITR encerrado em 30 de junho de 2024.

Florianópolis, SC, 12 de agosto de 2024.

Edson Moritz
Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores

Natan Marcondes Monteiro Osorio
Diretor Administrativo

Giovani Pickler
Diretor Comercial

Pedro Joel Horstmann
Diretor de Operação e Expansão

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Atendendo ao disposto no § 1º, do artigo 27, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, DECLARAM os diretores da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, companhia aberta, com sede a Rua Emílio Blum, 83, bairro Centro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 82.508.433/0001-17 e com registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob o nº 01686-1, que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as informações trimestrais do período encerrado em 30 de junho de 2024.

Florianópolis, SC, 12 de agosto de 2024.

Edson Moritz
Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores

Natan Marcondes Monteiro Osorio
Diretor Administrativo

Giovani Pickler
Diretor Comercial

Pedro Joel Horstmann
Diretor de Operação e Expansão